



Ficha informativa nº2

Pobreza energética e eficiência energética em áreas rurais: resultados da análise de partes interessadas



Cofinanciado pela União Europeia sob o ID do projeto 101077272. As visões e opiniões expressas são, no entanto, apenas do(s) autor(es) e não refletem necessariamente as da União Europeia ou do CINEA. Nem a União Europeia nem a autoridade financiadora podem ser responsabilizadas por elas.

Introdução

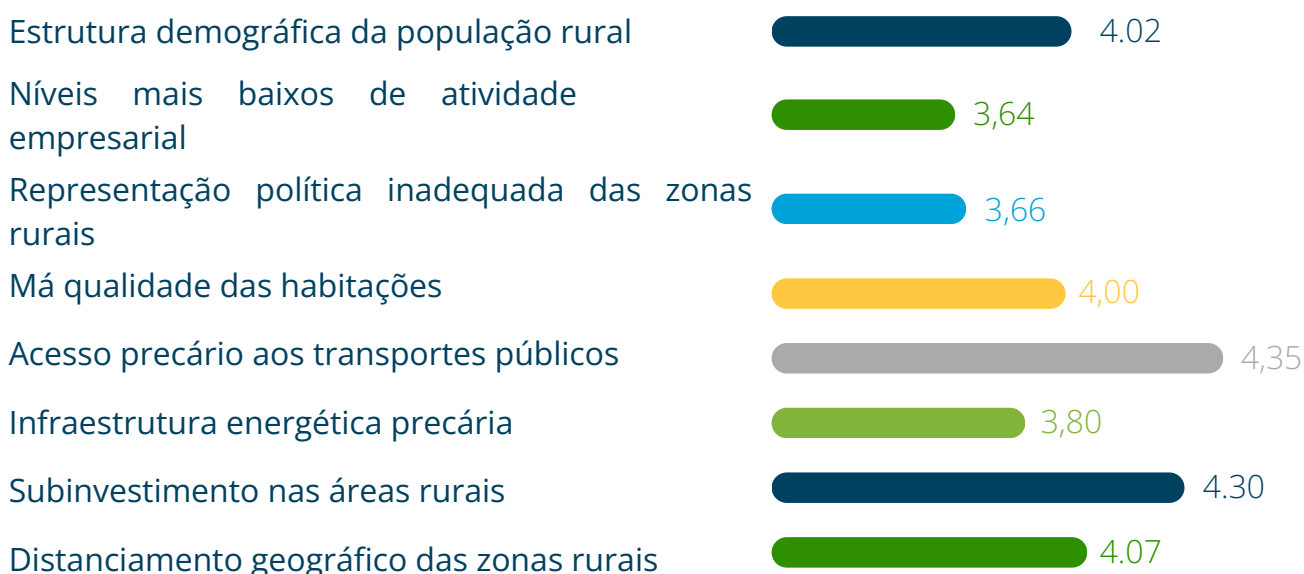
Para aprofundar o conhecimento sobre pobreza energética rural e eficiência energética, o projeto RENOVERTY realizou um inquérito *online* às partes interessadas relevantes em toda a Europa, obtendo informações importantes sobre as necessidades existentes, as barreiras e as soluções propostas para a pobreza energética e a eficiência energética em zonas rurais e periurbanas vulneráveis em toda a Europa.

Durante este processo, 130 partes interessadas/especialistas dos sectores académico, político, privado e social, etc., centrados nas zonas rurais da União Europeia (UE) responderam ao inquérito.

Motores da pobreza energética rural

Os inquiridos foram convidados a classificar oito diferentes fatores de pobreza energética numa escala Likert de 1 a 5 (1: “nada importante” – 5: “muito importante”). Os principais fatores que contribuem para a situação na Europa incluem o acesso deficiente aos transportes públicos, o subinvestimento em áreas rurais, a estrutura demográfica e a má qualidade das habitações.

Classificação dos factores de pobreza energética



Barreiras na implementação de medidas de eficiência energética para combater a pobreza energética nas áreas rurais

As barreiras à implementação de medidas de eficiência energética abrangem os domínios financeiro, de sensibilização/acesso, regulamentar e geográfico, tal como foram identificadas pela análise documental utilizada para o desenvolvimento do inquérito.

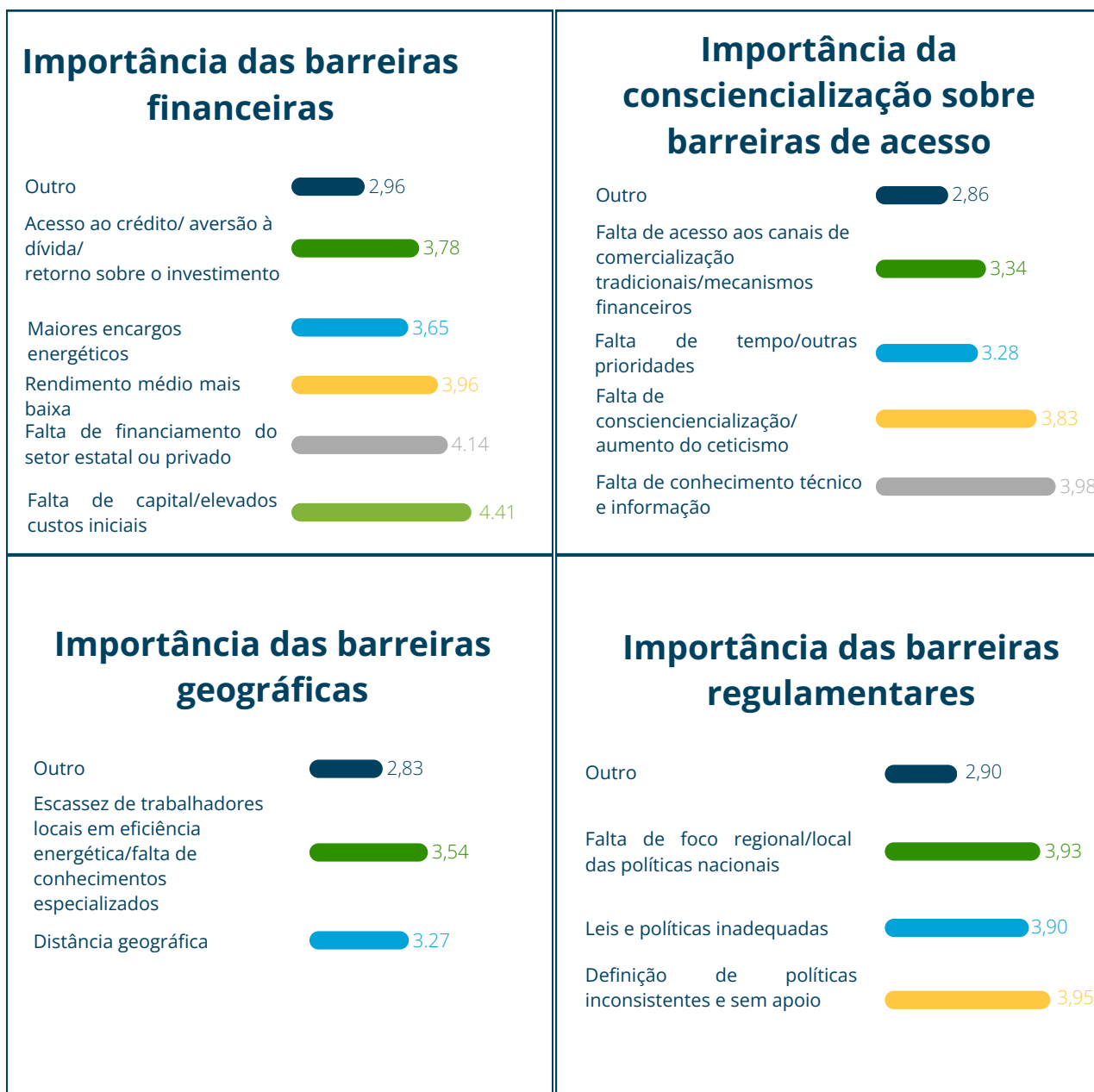
Os inquiridos foram questionados sobre quais as categorias de barreiras que encontraram ao lidar com melhorias de eficiência energética nas zonas rurais. As barreiras financeiras foram consideradas as mais importantes em todos os casos, seguidas pelas barreiras de sensibilização/acesso e regulamentares.

Existência de barreiras à melhoria da eficiência energética nas zonas rurais



Para aprofundar ainda mais as especificidades da importância de cada categoria de barreiras, os inquiridos apresentaram as suas perspectivas sobre as barreiras específicas de cada categoria.

- Barreira financeira mais importante: falta de capital e elevados custos iniciais
- Principais barreiras de sensibilização/acesso: falta de informação técnica e o ceticismo das famílias rurais
- Barreiras geográficas mais importantes: falta de trabalhadores locais em eficiência energética e de conhecimentos especializados
- Principais barreiras regulatórias: definição de políticas existentes, inconsistentes e sem apoio

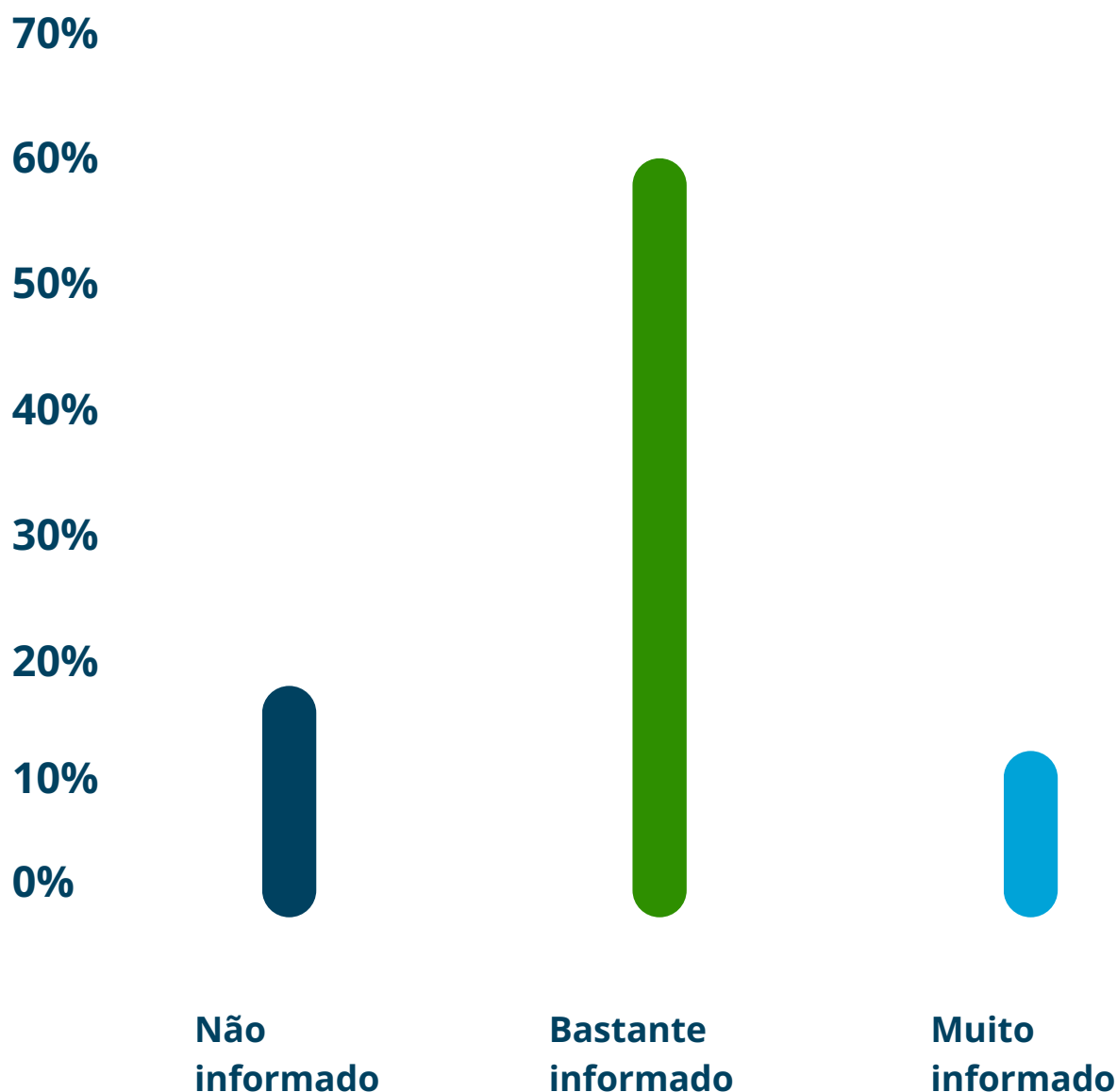


Conhecimento das políticas

Embora a maioria dos inquiridos tenha respondido que estava razoavelmente informada sobre as políticas de eficiência energética rural, a maioria deles teve dificuldades em dar exemplos dessas políticas.

A maior parte mencionou estratégias e directivas gerais da UE (por exemplo, Princípio da Eficiência Energética em Primeiro Lugar, Plano Nacional Integrado de Energia e Clima, Estratégia Regional para uma Energia Justa, etc.).

Conhecimento sobre políticas que abordam as barreiras à eficiência energética em áreas rurais



Alívio da pobreza energética rural: o que os órgãos governamentais podem fazer?

As partes interessadas e especialistas em toda a Europa apresentaram narrativas e ideias concretas sobre recomendações práticas para ultrapassar os actuais desafios nas zonas rurais.

Além disso, compilaram uma lista de várias ações que os organismos governamentais em todos os níveis (ou seja, UE, nacional, regional e local) poderiam implementar para abordar a eficiência energética e a pobreza energética em contextos rurais.

Órgãos governamentais da UE



Transformação de políticas

Um tema importante é a introdução de mudanças políticas no quadro legal e político existente, incluindo o estabelecimento de metas para a eficiência energética e a redução da pobreza energética em áreas rurais.



Mecanismos e apoios financeiros

Desenvolver novos mecanismos de financiamento e apoio financeiro para iniciativas de eficiência energética, tornando os projectos em zonas rurais viáveis e sustentáveis.



Envolvimento e colaboração das partes interessadas

Envolver todas as partes interessadas relevantes, incluindo governos, comunidades e instituições, para enfrentar coletivamente a pobreza energética.



Educação e sensibilização

Iniciar esforços de divulgação em larga escala, como workshops, programas de formação e campanhas públicas para aumentar a percepção e a compreensão dos problemas de pobreza energética nas comunidades rurais.

Órgãos governamentais nacionais



Transformação de políticas

As autoridades nacionais devem propor planos e estratégias que considerem os desafios únicos enfrentados por estas comunidades. Isso inclui a criação de subsídios, mecanismos de monitorização e legislação que incentive melhorias na eficiência energética.



Apoio financeiro e incentivos

Desenvolver novos mecanismos de financiamento e apoio financeiro para iniciativas de eficiência energética, tornando os projetos em zonas rurais viáveis e sustentáveis .



Acesso à informação, formação e financiamento

Os governos nacionais devem implementar campanhas nacionais, programas educativos e esforços de sensibilização da comunidade para disseminar informações sobre os recursos disponíveis, tecnologias e os benefícios das práticas de eficiência energética.

Órgãos governamentais regionais



Empoderamento e estratégias personalizadas

Os esforços devem ir além das estratégias orientadas para as cidades, permitindo o desenvolvimento de soluções únicas para os desafios rurais. As campanhas de educação e sensibilização a nível regional são fundamentais para sensibilizar a população para os benefícios das práticas de eficiência energética.



Apoio financeiro e acessibilidade

O financiamento a longo prazo, os instrumentos de financiamento inovadores e as parcerias com instituições financeiras podem garantir investimentos sustentados em projectos de eficiência energética. O financiamento deve ser direccionado para áreas com maior prevalência de pobreza energética.



Colaboração e advocacia

A colaboração efectiva entre entidades locais, nacionais e europeias é essencial. Isto envolve a cooperação com as partes interessadas nacionais para melhorar os planos e as políticas específicas das zonas rurais. A defesa de mudanças a níveis mais elevados, incluindo a harmonização de regulamentos e o acesso a incentivos, é crucial.



Infraestrutura inclusiva e inovação

A melhoria das infra-estruturas é parte integrante do desenvolvimento rural. As iniciativas incluem o reforço da conectividade dos transportes públicos, a atualização dos sistemas energéticos e a promoção de práticas de construção sustentáveis. A inovação é essencial, especialmente na transição de aldeias-dormitório para comunidades rurais vibrantes e auto-suficientes.



Planeamento e responsabilização baseados em dados

A criação de departamentos dedicados para supervisionar as actividades da administração local pode garantir a responsabilização na execução dos planos. Além disso, facilitar a colaboração entre as várias partes interessadas na partilha de dados pode levar à tomada de decisões mais informada.

Órgãos governamentais locais



Apoio financeiro e alocação de financiamento

As autarquias devem alocar fundos para a renovação de edifícios, implementar tecnologias de poupança de energia e dar suporte a agregados familiares em situação de pobreza energética. É essencial dar ênfase à afetação específica de fundos com base nas necessidades específicas das diferentes regiões.



Desenvolvimento de políticas locais

As autarquias devem dar prioridade aos desafios energéticos enfrentados pelas regiões rurais no âmbito das suas competências, facilitar o acesso a conhecimentos técnicos e desenvolver planos especializados. O papel dos governos locais na prestação de apoio às comunidades mais remotas e vulneráveis também é destacado, particularmente em relação à redução da pobreza nos transportes.



Envolvimento e participação local

A coprodução de políticas com as partes interessadas locais, para além do apoio às comunidades energéticas, também é destacada. É igualmente crucial incentivar os residentes rurais a participarem nos processos de tomada de decisões, nos projectos energéticos locais e na criação de comunidades de energia renovável locais.



Coordenação e colaboração com níveis superiores de governo

Os governos locais são encorajados a trabalhar em estreita colaboração com as autoridades em outros níveis de governança para ultrapassar barreiras estruturais e adaptar as políticas ao contexto local. Os governos locais são vistos como intermediários para comunicar as necessidades específicas de suas áreas.

SOBRE O RENOVERTY

O RENOVERTY promove a melhoria da eficiência energética dos edifícios em agregados familiares em situação de pobreza energética na Europa Central e Oriental (CEE) / Sudeste da Europa (SEE) e países do Sul da Europa (SE), estabelecendo o quadro metodológico e prático para a elaboração de roteiros de renovação para distritos rurais vulneráveis de uma forma financeiramente viável e socialmente justa.

O projeto RENOVERTY garante que a reabilitação dos edifícios tem em conta a dimensão social, integrando nos roteiros a segurança, o conforto e a melhoria da acessibilidade, a fim de melhorar ainda mais a qualidade de vida das populações vulneráveis. Ao longo dos três anos do projeto, sete projectos-piloto situados em Sveta Nedelja (Croácia), Tartu (Estónia), Bükk-Mak & Somló- Marcalmente-Bakonyalja Leader (Hungria), Zasavje (Eslovénia), Parma (Itália), Coimbra (Portugal) e Osona (Espanha) implementarão os roteiros, prevendo-se, a longo prazo, uma integração mais ampla do desenvolvimento rural e periurbano.

Aceda o relatório completo [aqui](#)

Nosso site: <https://ieecp.org/projects/renoverty/>

**Encontre-nos no [LinkedIn](#) e no [Twitter](#)
@RENOVERTYproject**



Cofinanciado pela União Europeia sob o ID do projeto 101077272. As visões e opiniões expressas são, no entanto, apenas do(s) autor(es) e não refletem necessariamente as da União Europeia ou do CINEA. Nem a União Europeia nem a autoridade financiadora podem ser responsabilizadas por elas.